

ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: REGISTROS DA SÉRIE “PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO GPAP¹”

DR. ELINALDO LEAL SANTOS
M.SC. ELIANE ASSUNÇÃO
DR. WESLEI GUSMÃO PIAU SANTANA
BEL. GISELLE KAREN SANTOS

Resumo

O propósito deste artigo é analisar a historiografia dos projetos nacionais de desenvolvimento implementados no Brasil. Trata-se de um registro das principais ideias, reflexões e teses apresentadas no curso de formação sobre Administração do Desenvolvimento Brasileiro, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Administração Política da UESB. Para tanto, foram convidados pesquisadores das mais renomadas universidades e instituições de pesquisa do país para investigar a trajetória da Nação Brasileira na Administração Política do capitalismo. O latifúndio e o sistema escravocrata são apontados como as raízes do atraso, e a relação de dependência com a lógica euro-americana, uma barreira a ser superada.

Palavras-Chave: Administração do Desenvolvimento. Projeto Nação e Sociedade Brasileira.

Apresentação

O campo da Administração do Desenvolvimento (AD) tem origem no pensamento e nas práticas das instituições euro-americanas (ONU, BM, FMI, universidades, centros de pesquisa e agências financiadoras), criadas no período pós-guerra para subsidiar técnica, econômica e militarmente os

1 O Grupo de Pesquisa em Administração Política da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), criado em 2013, a partir das investigações conduzidas pelos professores Elinaldo Leal Santos e Wesley Piau Santana, compõe a rede brasileira de Administração Política liderada pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA-UFBA) e concentra suas atividades de estudos e pesquisa no tripé: administração, gestão e desenvolvimento. Desde a declaração por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) da pandemia do Covid-19, o GPAP vem realizando uma série de *lives* na plataforma do YouTube, no canal Administração Política sobre diversas questões que permeiam o universo da administração, da gestão, das organizações e do desenvolvimento.

países menos desenvolvidos da África, Ásia e América Latina, assumindo, com isso, a superioridade do Norte sobre o Sul e, conseqüentemente, a sua forma de gestão como estilo único a ser praticado. Contudo, não se pode ignorar o movimento de resistência que o Sul global sempre produziu e continua produzindo.

A epistemologia do Sul vem, desde a década de 1950, contrapondo-se a essa lógica. Os trabalhos de Raul Prebisch, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, bem como as contribuições dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), dos Estudos Críticos em Gestão (ECG) e dos Estudos Decoloniais (ED), são exemplos de pensamentos epistêmicos que questionam o *mainstream* euro-americano.

Do ponto de vista empírico, o caso brasileiro é um objeto de estudo bastante interessante de se compreender a lógica da AD. O Brasil é um país que exerce papel importante no sistema internacional, possui posição geográfica estratégica, base econômica diversificada, reserva natural considerável e conduta diplomática híbrida (Norte-Sul), ou seja, consegue defender os interesses dos países emergentes e, ao mesmo tempo, ser ouvido pelas grandes potências. É claro que isso não se aplica ao atual governo, dado ao extremismo político e às ameaças à ordem democrática constitucional.

Pensando nisso, o Grupo de Pesquisa em Administração Política (GPAP) da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB) promoveu, no ano de 2021, o curso de formação intitulado *Administração do Desenvolvimento Brasileiro* (passado, presente, futuro), com o propósito de analisar a historiografia dos projetos nacionais de desenvolvimento implementados na sociedade, do Brasil Império aos projetos neoliberais da Era Globalizante. Para tanto, foram convidados pesquisadores das principais universidades e instituições do país que estudam a temática, de modo a apresentar suas reflexões sobre o Projeto Nacional de Desenvolvimento.

O curso foi composto por treze episódios, ministrado em formato *on-line*, via plataforma *Google-Meet* e compartilhado na plataforma do *YouTube*, no canal *Administração Política*. Compuseram o corpo docente do curso os seguintes pesquisadores: Alex Faria (FGV-EBAPE), Ana Costa (BNDES), Ariston Azevedo (EA-UFRGS), Daniel Corrêa da Silva (Univalli), Elias Sampaio (Ministério da Economia), Elizabeth Matos (EAUFBA), Fábio Guedes (UFAL), Francisco Fonseca (FGVEASP), Gustavo Passoti

(UESB), Josias Alves (UESB), Marcos Tavares (UESB), Maria Aparecida de Sousa (UESB), Reginaldo Souza Santos (EAUFBA) e Sérgio Wanderley (UNIGRANRIO). Por questões didáticas, só iremos apresentar, neste documento, as análises dos projetos nacionais executados ao longo da nossa história. Todavia, em uma publicação futura, pretendemos tratar das análises de quatro propostas de projeto de nação para o Brasil: i) Outro Modo de Interpretar o Brasil- Administração Política; ii) Projeto Nacional - o dever da esperança; iii) Em Busca do Desenvolvimento Perdido - um projeto novo desenvolvimentista para o Brasil e iv) Virada Decolonial em Desenvolvimento no (a partir do) Brasil.

Este trabalho apresenta uma síntese da série acima mencionada. Faz um resgate das principais ideias, teses e interpretações sugeridas pelos expositores e tenta compreender a trajetória da AD no contexto brasileiro. Com base na técnica de transcrição de áudio e sistematização dos textos, apresentamos o registro da série. Além desta introdução, o trabalho está estruturado em mais três seções: a primeira faz uma breve discussão sobre a trajetória do campo da AD, com destaque às produções epistêmicas do Sul global; a segunda resgata as contribuições interpretativas dos expositores e, por fim, na última seção, apresentamos algumas considerações finais sobre a temática analisada.

Administração do Desenvolvimento: fundamentos epistêmicos

Para entendermos os fundamentos da Administração do Desenvolvimento, faz-se necessário o resgate do termo desenvolvimento, definido no dicionário como “o ato ou o efeito de desenvolver. Fazer crescer. Fazer progredir. Estar em velocidade”. A primeira impressão que podemos ter é que desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo* e tem subjacente a ideia de progresso. Se desmembrarmos o vocábulo, depararemos-nos com algo que se expressa como: “sem movimento para reverter a ação”, ou, ainda, “sem envolvimento”. Isso nos remete à conclusão de que é necessária uma força motriz para gerar o movimento e/ou envolvimento. Todavia, o que seria essa força motriz? Para qual direção o movimento deve ser conduzido? Envolver para quê? É justamente nesse vácuo que entra a gestão como o elemento propulsor do desenvolvimento e a AD como um campo disciplinar, com o propósito de observar,

descrever e analisar a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em países, regiões, lugares e/ou organizações, a fim de garantir o bem-estar da sociedade (SANTOS, SANTOS E BRAGA, 2018).

Em que pese o intenso movimento para a consolidação da disciplina no âmbito teórico e instrumental, apesar de ter produzido um grande número de estudos, o resultado foi bastante limitado, tanto na esfera teórica como na empírica. Na verdade, como disciplina acadêmica, a AD tornou-se um conjunto de diagnósticos e prognósticos administrativos de conteúdo iminentemente instrumental, sem aprofundamentos teóricos e analíticos da realidade social, como podemos observar:

- a) A crença na capacidade criativa da burocracia, apesar dos grandes obstáculos no processo de desenvolvimento (ESMAN, 1972) – a ideia, na época, era disseminar o profissionalismo na Administração Pública de modo a promover a especialização nas organizações;
- b) A premissa sobre as contaminações culturais do conhecimento administrativo apontava que práticas norte-americanas seriam irrelevantes no contexto do desenvolvimento. O desenvolvimento administrativo significava uma etapa única no progresso e que não poderia ser explicado e conduzido pelo mero entendimento de práticas tradicionais e modernas. A transição social e administrativa significava um estágio singular (RIGGS, 1968; 1971). A replicação de soluções exitosas, oriundas de outras culturas, favorecia soluções descontextualizadas e, portanto, inadequadas.
- c) Propostas mais normativistas mostravam ser a intenção estratégica de mudança, por meio de uma escolha ideológica consciente, o fator primordial para o desenvolvimento (KATZ, 1966, 1970). Nesse caso, as propostas desenvolvimentistas dispensavam a análise da realidade para favorecer a idealização.
- d) Modelos oriundos de sociedades mais avançadas eram vistos como inocentes e simplistas para compreender o subdesenvolvimento e cada país seria um caso único (LA PALOMBRA, 1963; 1971). Por tratarem de ambientes com realidades bastante distintas, as soluções desenvolvidas e aplicadas em países desenvolvidos não responderiam às demandas dos países mais carentes e com problemas de maior complexidade.
- e) A capacidade política e administrativa seriam precondições para o desenvolvimento, desde que houvesse um equilíbrio no desenvolvimento entre

objetivos políticos e administrativos (ILCHMAN e BAGARVA, 1971; ILCHMAN, 1971). Esse enfoque se centraria menos nos componentes estruturais do sistema e mais nas inter-relações entre esses elementos.

f) Quanto mais se enfatizassem os modelos racionais burocráticos, menos se transformariam valores sociais estabelecidos e mais se distanciaria a administração das massas na sociedade tradicional (SJOLBERG, 1971). Argumentava-se que o gradualismo ou o incrementalismo, em oposição a formas mais globais e radicais de mudança, ajudava a preservar o poder dos que já estavam no topo da administração.

g) A diversidade de propostas, bem como reflexões seguidas de tentativas e erros, proporcionou mudanças na gestão e na condução dos projetos de desenvolvimento. Dentre os avanços, nota-se que a Administração Pública se modernizou, melhorando seus alicerces na sociedade, mas ainda mantém vícios do tradicionalismo, ao servir também a grupos preferenciais tradicionais, por meio principalmente do loteamento político dos cargos públicos (MOTTA & SCHMITT, p. 200-201, 2013).

Os estudos pioneiros sobre AD datam do pós-guerra, período marcado pelo declínio europeu e ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como potências mundiais, ambos disputando a hegemonia política e econômica no cenário global. Nesse contexto, o discurso propagado pelo *mainstream* era de que a AD consistia numa disciplina com o propósito de instrumentalizar tecnicamente os países subdesenvolvidos, com vistas a garantir melhores resultados na implementação de projetos de modernização e integração industrial. A disciplina foi, por muito tempo, um instrumento de gestão utilizado pelos organismos internacionais (BM, FMI, ONU), governos e agências de desenvolvimento como base de planejamento e execução de políticas econômicas e sociais do Terceiro Mundo (MOTRA, 1973; COOKE, 2004; SANTOS, SANTOS e BRAGA, 2016).

Entretanto, atualmente, verifica-se um movimento dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), dos Estudos Críticos em Gestão (ECG) e dos Estudos Decoloniais (ED) em (re)posicionar o campo da AD a partir de uma epistemologia do Sul e para Sul, visto que os resultados apresentados pela velha Administração do Desenvolvimento só intensificaram o *status quo* dos países centrais do capitalismo, com mais concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e da pobreza (PIKETTY, 2014; BOWBOR, 2017; ABDALLA e FARIA, 2017; MISOCZKY e CAMARA, 2020).

O insucesso da Gestão do Desenvolvimento é parte integrante da Administração Política dos países primeiro-mundistas, pois perpetua a condição hegemônica do colonizador. A base teórico-metodológica que produz a lógica dos não desenvolvidos, primitivos e administrados não há de ser a mesma que nos emanciparão. É preciso trilhar outros caminhos.

A crítica do pensamento crítico e decolonial ao modelo de desenvolvimento concebido pela economia e implementado pela administração toca em questões consagradas da lógica dominante, uma vez que contesta o pressuposto de que mais crescimento econômico e mais aceleração permitirão aos países subdesenvolvidos alcançarem os mesmos patamares dos países desenvolvidos. Além disso, questiona se o desenvolvimento é, de fato, um projeto desejado por todos e se todos querem ser o que os países do Primeiro Mundo foram, são e serão.

Contextualizar essa discussão é importante para compreendermos a lógica que impera na matriz geopolítica da administração, envolvendo-os (países centrais) – os desenvolvidos, civilizados e administradores –, e nós (países periféricos) – os subdesenvolvidos, primitivos e administrados. As seções seguintes apresentam uma análise do caso brasileiro, com base nos relatos dos pesquisadores que compuseram a série do GPAP.

Formação, Auge e Declínio de uma Nação: registros da série do GPAP

A Formação da Nação Brasileira: colonialidade (in) dependência ou autonomia?

Dr. Belarmino Souza (DH-UESB)

Quando tratamos da formação da sociedade brasileira e vislumbramos o contexto geopolítico da nossa formação inicial, é necessário pensar o Brasil enquanto América Portuguesa. É muito comum pensarmos o Brasil com a configuração territorial que agora temos, todavia, essa unidade geopolítica na verdade não existia. O que existiam eram as posses da Coroa Portuguesa na América do Sul. Mesmo durante o processo emancipatório do final do século XVIII e início do século XIX ocorrido na América, não existia uma ideia consolidada de um Brasil-nação. Mesmo nos movimentos separatistas, como a Conjuração Mineira de 1789, ou a

Conjuração Baiana de 1798, ou ainda na Insurreição Pernambucana de 1817, não se vislumbrava de fato abarcar todos os recantos dos domínios lusos no novo mundo. No horizonte dos insurretos estava uma ruptura local e no máximo regional com o poder central, até 1808 sediado em Lisboa e a partir da transferência da Corte com base instalada no Rio de Janeiro. Efetivamente, devido à extensão territorial e a precariedade nos transportes e comunicações da época, não havia como manter contatos eficazes e contínuo por todo o território. Nas províncias do Norte, era mais fácil o contato com Lisboa e bem menos com as províncias do Sul.

Como bem lembra o historiador britânico Eric Hobsbawm no seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780* (1991) o conceito de nação e a ideia e/ou sentimento de nacionalismo era algo em construção no séc. XIX. No início daquele século, no mundo lusófono a ideia de nação era o integrar os domínios Del Rei. A ideia de pátria era muito local. A palavra país, inclusive, era muito restrita; tais conceitos não bem definidos nem mesmo para o governo português.

Para a Coroa portuguesa, como para as demais coroas europeias, o primordial não era essa ideia de território e sim a preservação da dinastia; foi nesse sentido que elas agiam em suas alianças, muitas vezes realizadas por meio de casamentos entre as grandes famílias reinantes e atrelando as suas ações e decisões políticas. Quando Portugal, em 1807, foi invadido por tropas francesas, a grande preocupação do príncipe regente Dom João e da corte em retirarem-se de Portugal e virem para o Brasil não era salvar Portugal e, sim, salvar a dinastia de Orleans e Bragança. Nesse sentido, contou com o apoio da Inglaterra e, como forma de retribuição, houve a abertura dos portos em 1808, tal ato mudou substancialmente o status da América Portuguesa, posto que deixou de ser um monopólio luso, elemento essencial do chamado Pacto Colonial e doravante poderia comercializar livremente com todo o mundo, com exceção naquela conjuntura da França e territórios sob o seu efetivo domínio.

A condição do Brasil mudaria ainda mais quando o território foi elevado de Vice-Reino para a de Reino Unido (Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve) em 1815, com o agravante que Casa Real estava no Rio e não em Lisboa, o que colocava o território europeu em segundo plano e em clara desvantagem, o que provocou reações com destaque para a Revolução Constitucional do Porto (1820). Tal movimento tinha um caráter progressista para Portugal, posto que levou à instalação das Cortes

Constitucionais e ao processo de elaboração de um Constituição, superando assim o retrógrado absolutismo e apontando na perspectiva de uma Monarquia Constitucional. Para o Brasil significava retrocesso, posto que exigia o regresso imediato da Corte Real para Lisboa e a recondução da parte sul-americana do Reino às condições anteriores a 1808, ou seja, Vice-reino e monopólio português.

Mais uma vez, o outrora Príncipe Regente e agora Rei Dom João VI tratou de preservar o poder da Dinastia de Orleans e Bragança nos dois lados do Atlântico. Retornou para a Europa com a Corte, mas deixou no Brasil o seu primogênito e herdeiro Dom Pedro de Alcântara como Regente, tal quadro garantia que se a independência fosse inevitável o poder dinástico estaria preservado, de fato o foi no Brasil até 1889 e em Portugal até 1910.

Após o Regente do Brasil decidir ficar, resistir às pressões lisboetas e por fim romper com a parte europeia do Reino, enfim quando se dá o processo de independência, ficamos diante de um estado europeu nas américas porque a dinastia que reinava era europeia e suas alianças ficam muito claras com o casamento entre D. Pedro de Orleans e Bragança com Dona Maria Leopoldina, da Dinastia de Habsburg, de origem austríaca. As escolhas feitas no nascente país foram marcadas pelo perfil europeu dos reinantes, inclusive manifestadas nas cores da bandeira brasileira, verde (Bragança) e amarelo (Habsburgo), cores ainda hoje estampadas em nossa bandeira. É relevante indagar: por que essa dinastia permaneceu reinando aqui no Brasil? Quais foram os pilares políticos, econômicos e sociais desse país que estava em formação?

Em primeiro lugar, pode-se perceber que as elites agrárias brasileiras optaram por conservar o modelo de estado monárquico. Por toda América Ibérica, a tendência foi de fragmentação territorial e criação de repúblicas, apenas no México ocorreu uma tentativa de monarquia frustrada, mas aqui, por força da vontade das elites agrárias, que controlavam a economia de base rural voltada para exportação, foi mantida a monarquia vista como uma garantia de conservação da ordem social existente: latifundiária e escravocrata.

O Brasil manteve uma condição periférica diante de uma nova divisão internacional do trabalho, como produtor e exportador de artigos primários, basicamente agrícolas, com menor valor agregado e importador dos mais diversos produtos manufaturados, com maior valor agregado.

Tal posicionamento levava a um déficit crônico em sua balança comercial e um posicionamento fragilizado no cenário econômico global.

O ordenamento jurídico-político monárquico contemplava as elites rurais, pois elas queriam conservar a estrutura latifundiária. Existiam ideias incipientes do encaminhamento de uma reforma agrária. Outra preocupação era preservar o modelo escravista e uma terceira preocupação seria garantir uma unidade nacional. Mesmo quando D. Pedro abdicou do trono, em 1831, retornando a Portugal deixando aqui o seu filho ainda criança, durante o chamado Período Regencial entre 1831 e 1840 houve todo o esforço para preservar o poder do menino imperador. Com o Golpe da Maioridade (1840), a ascensão de Dom Pedro II ao trono no Brasil foi antecipada. No entanto, essa necessidade de ter na monarquia a preservação do latifúndio, escravismo e unidade nacional foi se perdendo com o tempo, pois não havia concretamente nenhum movimento social a colocar em xeque o latifúndio.

Quanto à preservação do escravismo, a dinâmica econômica no séc. XIX em escala global sob a égide industrial Grã-Bretanha apontava para a dissolução do modelo. No Brasil o primeiro passo efetivo foi com a abolição do tráfico de pessoas escravizadas em 1850, depois foram-se acrescentando outros diplomas legais, como a Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), ou seja, a tendência era de aprofundamento da crise do escravismo. Quando, em 1888, ocorreu a abolição, a monarquia não era mais necessária para preservar a escravidão posto que a própria monarquia a havia abolido, ato que antecipou o fim do regime. Restou apenas a preocupação com a unidade nacional, apesar de terem ocorridos movimentos como: a Confederação do Equador (1824); a Revolução Farroupilha no Sul (1835-1845); Balaiada no Maranhão (1838-1841); Sabinada na Bahia (1837-1838); Cabanagem no Grão-Pará (1835-1840), alguns desses com forte traço separatista, a unidade territorial do Império foi conservada. O último movimento com risco de ruptura ocorreu em 1848, uma tentativa de revolução em Pernambuco (conhecida como Praieira). Depois disso, por quatro décadas não ocorreu mais nenhum movimento que pleiteasse o separatismo. Enfim as elites agrárias não mais necessitavam do poder estabilizador da Monarquia brasileira, poderiam elas próprias lançar mão de mecanismos para o exercício do poder de Estado.

Do modelo social e político que emergiu com a independência, talvez o único aspecto positivo tenha sido a preservação da unidade nacional que

muito tem a ver com o fato de que o príncipe regente português aqui instalado, foi quem liderou o processo de ruptura com Portugal. A monarquia acabou preservando a unidade nacional. Esse modelo que emergiu, com sua base latifundiária escravocrata, foi a origem mais profunda do nosso relativo atraso em termos de desenvolvimento econômico, posto que a visão patrimonialista prevalente na elite brasileira fazia com que se empastasse muito capital tanto na terra quanto na mão de obra escrava; esse modelo também está na raiz das desigualdades sociais e econômicas do Brasil.

O domínio socioeconômico das elites brancas também representa a origem mais profunda das desigualdades e daquilo que chamamos hoje de racismo estrutural e o domínio político das elites agrárias que se materializava no mandonismo local onde está a origem do que chamamos de coronelismo. Também encontramos aí as origens do tradicionalismo familiar, com o poder e cargos públicos sendo passados de geração em geração na política brasileira, raiz do personalismo, caciquismo, clientelismo e fisiologismo, traços muito marcantes do que podemos chamar de uma *cultura política* que predomina no Brasil até hoje”.

Projeto Nação da Era Vargas: geopolítica, economia e questões sociais
Dr. Ariston Azevedo (EA-UFRGS)

Do ponto de vista historiográfico, a era Vargas é um dos períodos de mais difícil abordagem e caracterização, pois não registra fáceis consensos sobre determinados assuntos, entre os quais o Projeto de Nação ali concebido e colocado em operação durante 1930 e 1945. Tradicionalmente, esses quinze anos são segmentados em Governo Provisório (1930 a 1934), Governo Constitucional (1934 a 1937) e Estado Novo (1937 a 1945). Dada a extensão e a complexidade dos fatos históricos envolvidos e considerando que meu *métier* é o campo da administração, eu explorarei, aqui, principalmente esse último período, dele extraindo aqueles aspectos que realmente interessam para compreendermos o Projeto de Nação levado a termo durante o Governo (autoritário) de Getúlio Vargas. Antes, porém, tentarei apresentar alguns antecedentes importantes para nossas finalidades: a forte presença das oligarquias e institucionalização da burocracia pública entre nós.

O ano de 1930 representa o fim da República Velha, que teve início em 1889, com a Proclamação da República. O fato principal desse período,

que merece ser destacado, haja vista que teve forte impacto sobre como se desenvolveu o modelo de administração pública conduzido por Getúlio Vargas, diz respeito ao predomínio das oligarquias, contra às quais Vargas procurará blindar a incipiente estrutura do Estado Brasileiro e, assim, viabilizar Administração Política da Nação. Como defende Boris Fausto, do embate entre as duas principais forças políticas da época, a militar, de um lado e a civil oligárquica, de outro, foi esta última, organizada em partidos políticos regionais, principalmente no estado de São Paulo, que saiu vitoriosa. Enquanto os militares queriam uma república mais centralizada, de forte conteúdo autoritário e preocupada com a unidade territorial nacional, as oligarquias visavam uma república menos centralizada, com estados fortes e, por conseguinte, sob a influência das elites regionais e locais. Sua vitória desenhou-se desde cedo, pois, já em 1894, poucos anos após a Proclamação da República, as oligarquias conseguiram desbancar os militares do poder e tornar Prudente de Moraes presidente do país.

Corolário desse período de pleno domínio oligárquico, temos fenômenos socioculturais fortíssimos, como o patrimonialismo, o coronelismo, o clientelismo, a patronagem etc. Eles simbolizam um conjunto complexo e diverso de sistemas políticos que operam concomitantemente e visavam configurar o modo como deveriam ocorrer as relações de poder entre o Estado e a sociedade civil nascentes em nosso país. Nesse sentido, esses fenômenos representam, tanto fontes de poder quanto práticas sociais, envolvendo o poder das elites agrárias, o poder dos coronéis e a infundável troca de interesses e favores, que, juntos, formaram o elemento fundamental que sustentou (e, ainda na atualidade, sustenta) as oligarquias e as elites no poder. Exemplos de textos que desnudam esses fenômenos são: Victor Nunes Leal, em seu *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948); Marcos Vilaça & Roberto Albuquerque, em seu *Coronel, Coronéis* (1965); Raymundo Faoro, em seu *Os Donos do Poder* (1973); Eli Diniz, em seu *Voto e Máquina Política, Patronagem e Clientelismo*, no Rio de Janeiro (1982); e Maria Isaura Queiroz, em seu *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* (1957).

Obviamente que a convivência entre essas oligarquias não era pacífica. Desde que assumiu o governo, em 1898, até o fim de seu mandato, em 1902, Campos Sales enfrentou fortíssimas tensões nas bases oligárquicas que lhe apoiavam. Para minimizá-las, ele adotou um pacto federativo que buscava reduzir, principalmente, os conflitos entre as oligarquias locais

e as oligarquias regionais. Esse pacto consistiu, basicamente, em duas linhas de atuação política: a “Política dos Governadores” e a “Política do Café com Leite”. Em 1930, o presidente Washington Luiz rompeu com essas duas linhas de ação e, como consequência, deu início à Revolução de 1930, resultando em sua deposição e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Situada a força das oligarquias, importa, agora, destacar nossa burocracia pública. Há, sobre o assunto, uma variedade também grande de livros e textos. Stuart Schwartz, em seu *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial* (1979), faz uma análise minuciosa, por exemplo, do funcionamento da Suprema Corte da Bahia e seus juizes entre 1609 e 1751, com o intuito de demonstrar sua premissa principal, qual seja: a de que o governo e a sociedade no Brasil colonial se estruturaram a partir de dois sistemas interligados de organização. Em um nível, havia a administração controlada e dirigida pela metrópole, caracterizada por normas burocráticas e relações impessoais, que amarrava os indivíduos e os grupos às instituições políticas do governo formal. Paralelamente, existia uma teia de relações interpessoais primárias baseadas em interesse, parentesco ou objetivos comuns, que, embora não menos formal, não contava com o reconhecimento oficial (p. XI)

Ora, o problema dessa interpenetração de racionalidades entre nós – de um lado, uma racionalidade burocrática e impessoal e, de outro, uma racionalidade carregada de laços afetivos, de relações de parentesco e flexível – talvez não seja um problema necessário e exclusivamente brasileiro, como podemos pensar. Por certo, como demonstra Schwartz, houve, aqui, um “abrasileiramento da burocracia”, isto é, a incorporação do aparato de dominação burocrática “dentro dos sistemas existentes de poder e de apadrinhamento” (p. 252). Contudo, talvez se estivesse apenas seguindo praxes portuguesas, conforme ele relata em seu livro:

Normalmente os magistrados traziam suas famílias consigo para o Brasil. Além da esposa e dos filhos, a família de um juiz poderia incluir parentes, afilhados, empregados, criados, e escravos [...] A presença de parentes e protegidos sob o teto dos magistrados acrescentava novas dimensões ao escopo e à complexidade de seu relacionamento social uma vez que essas pessoas não só exerciam alguma influência sobre o chefe da casa como também, através de suas relações com outras pessoas da

sociedade, abriam outros caminhos de influência ou pressão entre indivíduos e o Tribunal Superior (p. 252).

No livro “Burocracia e política no Brasil” (2010), organizado por Maria Loureiro, Fernando Abrúcio e Regina Pacheco, encontram-se apontamentos semelhantes aos destacados por Sscwartz (1979). No capítulo “A formação da burocracia brasileira: a trajetória e os significados das reformas administrativas”, Abrúcio, Pedroti e Pó afirmam que “a mistura de centralismo excessivamente regulador, e geralmente pouco efetivo, com o patrimonialismo local resume bem o modelo de administração colonial” (p. 29). Nesse sentido, vale lembrar, aqui, a metáfora com que Raymundo Faoro, após o exame de nosso patrimonialismo, fecha “Os donos do poder”:

Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma social enormity [uma monstruosidade social], segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. (p. 380)

À parte essa caracterização do funcionamento da sociedade brasileira, o certo é que, a partir das intervenções do Marquês de Pombal, tivemos a formação de uma elite burocrática que fundou um novo *modus operandi* nessa área: um modo centralizado de reformar o Estado e de levar adiante o que mais tarde veio a ser denominado de políticas públicas. À burocracia, caberá, basicamente, duas funções, e a novidade estaria, de fato, na primeira delas: a de participar ativamente da definição das principais diretrizes políticas do país. A segunda função, porém, repetiu um dos velhos vícios, qual seja: o de servir para acomodar interesses particulares, por meio da distribuição de empregos públicos como moeda de troca de apoio político e social. Teríamos, assim, em uma mesma estrutura, uma burocracia dirigente e uma burocracia repositória de afiliações e apadrinhados. Não foi à toa que, durante o Governo Vargas, o fenômeno do insulamento burocrático teve lugar de destaque, principalmente com o intuito de proteger aquela elite dirigente das intromissões espúrias das oligarquias locais e regionais. Mas, como se sabe, apenas parcialmente, esse propósito foi atingido.

Em síntese, temos, de um lado, a institucionalização do Estado brasileiro a partir de um aparato burocrático que muito se afastava do tipo ideal weberiano, dado que se caracterizava como uma forma de sociabilidade que comportava racionalidade legal e práticas de favor, clientelistas, personalistas, fisiologista; em síntese, uma sociabilidade marcadamente promíscua em termos de separação entre o público e o privado; de outro, forças políticas que, cada vez mais, procuravam não apenas povoar de seus interesses às entranhas internas desse aparato burocrático, mas, especialmente, comandar esse aparato, convertendo-o a seus interesses particularistas.

Esse é o principal contexto em que a administração política de Vargas terá que enfrentar, pelo menos internamente. Some-se a isso, o contexto econômico da época, em que a Crise de 1929 espalhava suas consequências por muitos países, em especial, os de economia dependente, como era o caso do Brasil. Nesse sentido, a saída econômica, visualizada pelo Governo Provisório (1930-1934) e pelo Governo Constitucional (1934-1937), comandados por Vargas, estaria na nacionalização da economia brasileira, o que implicava em industrializar o país e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo interno. Para tanto, seria necessário, além de extensa política de investimento econômico estatal, um amplo projeto de reestruturação do Estado Brasileiro, agora, em bases burocráticas mais rígidas, de maneira a combater as interferências internas que, a seus olhos, estavam a obstaculizar o processo de modernização do país. Assim, em termos de medidas governamentais, tivemos a interventoria nos estados visando à hipertrofia do Executivo, a implementação emergencial de uma política anticrise, a criação de novos aparatos burocráticos, o papel de intermediar o conflito capital-trabalho, com a criação do Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e Saúde, a expansão da legislação trabalhistas, entre tantas outras medidas. Todas elas foram medidas que, no romper do Estado Novo (1937-1945), vieram a ser convertidas em um grande projeto nacional desenvolvimentista, cujos reflexos chegariam até o final da década de 1950.

Por óbvio, que não se deve omitir o outro lado desse projeto, no caso, a centralização autoritária do poder e a supressão dos direitos políticos. Durante o Estado Novo, foram fechados o Congresso Nacional, as Assembleias legislativas e as câmaras municipais. Os governadores colaboracionistas do Governo Vargas permaneceram em seus cargos, mas os que

se opuseram foram substituídos por interventores diretamente nomeados pelo presidente. Os militares tiveram grande influência nesse projeto, definindo prioridades e formulando políticas de governo, particularmente, em setores estratégicos, como siderurgia e petróleo. Mas, malgrado o autoritarismo e todas suas conseqüentes, alguns pontos desse projeto são merecedores de destaque, a exemplo do amplo esforço para industrializar o país e combater a exclusiva dependência econômica com base na agricultura de exportação, o que levou, por exemplo, à criação da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce.

Todo esse empreendimento de industrialização gerou efeitos no mundo do trabalho, na educação para o trabalho, nas leis trabalhistas e, ao que me parece, somente se viabilizaram porque estiveram sob a batuta do nacionalismo e do capitalismo politicamente orientado pelo Estado, que, naquele momento, estava submetido à forte readequação de sua estrutura burocrática, visando atender aos desafios de uma administração pública moderna. Esse projeto político de modernização foi bem retratado por Josué de Castro, no livro “Geografia de fome: o dilema brasileiro: pão ou aço (1946)” no qual ele destaca que, apesar desses esforços para industrializar o país, não conseguimos sanar os maiores problemas da Nação, entre os quais a fome, a insegurança alimentar, a pobreza e a concentração de riqueza.

Em suma, o Regime Vargas propunha a criação das condições consideradas necessárias para a modernização da Nação: um Estado forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômicos. Para isso, buscou medidas específicas para “desarticular” o Estado oligárquico; eu outras palavras, para cooptá-lo à nova coalização de forças e ao novo contexto mundial da economia. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi o principal ente administrativo, conseqüentemente político, do qual o governo Vargas se valeu para distanciar a então incipiente arquitetura burocrática do Estado brasileiro das consideradas “raízes” de nosso atraso frente às nações cêntricas, como patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, mandonismo etc.

Projeto Nação do Governo JK: geopolítica, economia e questões sociais
Dr. Josias Alves, (DCSA-UESB)

A primeira questão a se destacar no governo de Juscelino Kubitschek é a questão geopolítica. Eleito em 1955, governou até 1961. Nesse período, os Estados Unidos da América (EUA) se consolidaram como nação hegemônica do capitalismo, dado ao grande sucesso na implementação do Plano Marshall, o qual proporcionou a reconstrução dos países da Europa e do Japão durante o pós-guerra. O contexto geopolítico que vai guiar o governo Juscelino Kubitschek é justamente essa aproximação com o governo dos Estados Unidos, de onde o governo brasileiro vai captar recursos para fazer os investimentos necessários aqui no país.

Apesar de percebermos a ascensão da China hoje, entre as décadas de 50 e 60, não havia ainda este país no jogo político internacional, em função do próprio processo de Revolução Chinesa, de 1949. A China ainda estava se arrumando, tanto política quanto economicamente e a entrada no cenário internacional só vai se dar a partir da década de 70, com a ascensão de Deng Xiaoping como primeiro-ministro da China. O Brasil, maior país da América do Sul, vai se beneficiar muito dessa política internacional do governo de Juscelino Kubitschek, atraindo os investimentos dos Estados Unidos. Assim, no quadro da geopolítica internacional, percebe-se que os Estados Unidos foram um parceiro importante para o governo de JK.

Outra questão importante do governo JK, no final da década de 50 e início da década de 60, foi a participação maior do Estado nos ditames da economia nacional, através daquilo que se costuma chamar de desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo. Três pilares importantes a serem observados são: primeiramente, a participação do estado na economia; segundo, a industrialização como via de superação do atraso que o país vivia na década de 40 e 50 e 60 e o planejamento econômico com papel fundamental. Também as políticas implementadas por Juscelino Kubitschek, através do Plano de Metas. O plano consistia no planejamento de trinta metas, distribuídas em cinco grandes grupos (energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação), mais a construção da nova capital do país. Um importante instituto, criado em 1959, foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pelo paraibano Celso Furtado, um dos maiores economistas do Brasil, com um papel importantíssimo no processo de industrialização do Nordeste, no processo de construção da

economia nacional, contribuindo para a redução das desigualdades nacionais e regionais.

Na década de 1950, o Brasil estava amplamente confiante em seu desempenho de crescimento e desenvolvimento econômico, sobretudo em função da mudança de um país agrícola agrário para um país industrial, já iniciada com o processo de industrialização implementado no governo anterior, de Getúlio Vargas. O país vivenciava esse momento de euforia, apesar de viver um contexto político bastante conturbado, já que o governo Juscelino Kubitschek está localizado entre duas ditaduras, a do Estado Novo e a Ditadura de 1964, de modo que, a todo momento, havia, no Governo de Juscelino, uma tensão e ameaça de rompimento da democracia.

Desse modo, o Plano de Metas foi importantíssimo para a economia brasileira, que fortaleceu as indústrias nacionais; o investimento estrangeiro nas indústrias de base, bem como se pode destacar o processo de geração de energia, a criação das estradas, o fortalecimento da Petrobras, criada no governo Getúlio Vargas. Então, houve uma mudança importante na economia brasileira através desse adensamento das cadeias produtivas, que começou a se desenvolver com Getúlio Vargas e ampliou o seu desenvolvimento e crescimento no governo Juscelino Kubitschek. Mais dois destaques do Plano de Metas foi a questão da mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Como todos sabem, o Rio de Janeiro se tornou a capital Federal em 1763 e permanece como tal até 1960. O Plano de Metas viabilizou a interiorização do crescimento e desenvolvimento econômico, a partir dessa nova capital.

O governo Juscelino Kubitschek investiu pouco na educação. É o que se pode chamar de educação para o desenvolvimento. Há muito tempo que se ouve falar que o Brasil é o país do futuro, mas esse futuro nunca chega, infelizmente. Hoje, se percebem países como Japão, Coreia do Sul e China que investiram pesadamente na década de 50, 60 e 70 em educação, em desenvolvimento e inovação e, hoje, estão colhendo os frutos desse investimento.

Projeto Nação do ISEB: geopolítica, economia e questões sociais
Dr. Sérgio Wandeley (Unigranrio)

Não há como falar da história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sem, antes, destacar dois importantes acontecimentos

liderado por Hélio Jaguaribe. O primeiro se refere à criação, em 1952, no seu escritório de advocacia, na Rua do Ouvidor, 50, no Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). O segundo, já em 1953, foi a edição de cinco volumes dos *Cadernos do Nosso Tempo*, agora, reeditado em formato digital e publicado na Revista de Estudos Políticos. Estes dois projetos serviram de ponto de partida para a construção do nacional desenvolvimentismo e o que passou a ser o ISEB, tempo depois. O lema do caderno mostra bem qual era o projeto dessa geração (CNT, 1953, n.1, p. 1-2):

Os problemas do nosso tempo, inclusive os que afetam diretamente o Brasil, são considerados segundo as perspectivas dos interesses alienígenas. Recebemos do estrangeiro, juntamente com os problemas, sua interpretação pré-fabricada [...] CNT representam um esforço para compreender o nosso tempo na perspectiva do Brasil e para compreender o Brasil na perspectiva do nosso tempo [...].

O ISEB foi criado em 14 de julho de 1955 por um decreto do governo como órgão do Ministério de Educação e Cultura (MEC), com autonomia universitária. O projeto do ISEB, hoje, poderia ser chamado de um *think tank*, uma vez que consistia no primeiro curso regular, com defesa de tese no final, uma espécie de escola de governo. Era exigido diploma de graduação para entrar. Seria equivalente, hoje, a um mestrado. Entre 1956 e 1960, mais de 200 profissionais foram formados em nível de pós-graduação pelo ISEB. Além disso, o instituto tinha publicações e sua própria área de publicação promovia palestras avulsas pelo Brasil, desenvolvendo pesquisas por meio de seus professores titulares e, por essa natureza, entendo que hoje seria classificado como um *think tank*.

O ISEB também apoiou outros cursos, como, por exemplo, os que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) criou no Rio de Janeiro, a partir de 1956, para formar técnicos em desenvolvimento. A CEPAL entrava com seu conteúdo de técnicas de programação, como se chamava à época, e o ISEB entrava, então, com a parte de conteúdo brasileiro acerca dos problemas nacionais, com vários professores que também passaram pela CEPAL.

Para falar do ISEB é preciso voltar em 1949, seguindo os passos do professor-filósofo Hélio Jaguaribe, advogado de formação, mentor

intelectual do ISEB. No artigo de 1979, ele vai dar essas pistas, assim como no livro “A verdade sobre o ISEB”, de Nelson Werneck Sodré (1978), que também traça essa trajetória. Em 1949, no Rio de Janeiro, no Jornal do Comércio, Jaguaribe e alguns amigos inauguram uma coluna e passam a discutir esses temas (problemas da sociedade brasileira) e nela cita, por exemplo, a expressão colonialismo, já em 1949. O grupo cresce e se junta a outro grupo de intelectuais de São Paulo e, em 1952, criam o que depois foi chamado de Grupo de Itatiaia.

A cidade de Itatiaia está a meio caminho de Rio e São Paulo e lá tem um parque federal, o Parque de Itatiaia, onde eles se reuniam semanalmente. Do Rio ia o grupo liderado por Jaguaribe, e vinha o grupo de São Paulo, liderado por Roland Corbisier, que vem a ser depois o primeiro diretor do ISEB. O que movia esses intelectuais? Essa geração é fortemente marcada pela influência do sociólogo alemão Karl Mannheim, autor do conceito de *intelligentsia*. Esses intelectuais se viram como a inteligência da nação, ou seja, se sentiram imbuídos do dever de construir um projeto nacional de inclusão social política e econômica das massas que começaram a se formar.

Estamos falando da década de 1950, uma década muito rica e que entendo ainda ser pouco explorada. Então, esses intelectuais buscavam construir um projeto nacional que, nas palavras do Professor Alexandre Barbosa, da USP, seria um projeto-utopia-nação. A partir de então, o Brasil se dá conta de seu subdesenvolvimento, como foi teorizado pela CEPAL. Esse grupo de intelectuais percebe, então, que existiam condições políticas e históricas para construir o Brasil a partir de seus próprios meios.

Em 1951, é importante lembrar que Getúlio Vargas voltou eleito democraticamente ao poder e começou a construir um projeto nacional-desenvolvimentista. Isso se deu, principalmente, por meio da Assessoria Econômica liderada pelo baiano Rômulo Almeida; também se destaca Jesus Soares Pereira, que assumiu a presidência da Assessoria quando o Rômulo foi deslocado para presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Através dessa Assessoria, por exemplo, é criada a Lei da Petrobras, da Eletrobras, o BNDE, o próprio BNB e a CAPES. Essa Assessoria foi responsável pela elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento e, além de Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira, estavam, também na atuação, Cleantho Paiva Leite e Guerreiro Ramos.

O ISEB construiu o pensamento do nacional-desenvolvimentismo brasileiro e contribuiu para formação de um corpo técnico de governo e de Estado. As teses desenvolvidas no ISEB, na sua maioria, colocavam as palavras “nacional” e “desenvolvimento” na centralidade do debate. Não é possível explicar, por exemplo, o livro “Redução Sociológica”, de Guerreiro Ramos (1958), sem contextualizar a atuação do ISEB. Na própria introdução da obra, Guerreiro Ramos agradece a Roland Corbisier pela revisão que fez, bem como aos alunos do ISEB e da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP-FGV), onde também era professor.

É importante destacar que o ISEB foi um centro de formação e pesquisa estruturado em departamentos: Filosofia (Álvaro Vieira Pinto); História (Cândido Antônio Mendes de Almeida), ainda vivo, com mais de 90 anos; Ciência Política (Hélio Jaguaribe Gomes de Matos); Sociologia (Alberto Guerreiro Ramos) e Economia (Ewaldo Corrêa Lima, que era diretor do BNDE). É possível observar o entrelaçamento que existia. O professor Ariston Azevedo faz questão sempre de me lembrar que o subtítulo da Redução Sociológica é: “introdução ao estudo da razão sociológica”.

O ISEB, logo na sua primeira publicação, trata de Introdução aos Problemas do Brasil. No seu primeiro curso, que foi extraordinário, ainda não era o curso regular. O ISEB promoveu várias palestras no auditório do Palácio Capanema, onde funcionava o Ministério de Educação e Cultura. O Rio de Janeiro era a capital federal à época. Em 1955, ISEB ministrou o curso que dá origem ao livro “Introdução aos Problemas do Brasil” e, em 1956, iniciou, então, o curso regular com dedicação exclusiva, com aulas, seminários, trabalhos de grupo e defesa de dissertação. De 1956 a 1959, período de funcionamento do curso regular, o ISEB formou cerca de 205 profissionais em nível de pós-graduação. Muitos já atuavam como dirigentes nas estruturas da Administração Pública Brasileira, como em ministérios, Estado Maior das Forças Armadas, Conselho de Segurança Nacional, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Petrobras, Conselho Nacional do Comércio e da Indústria, entre outros. Lamentavelmente, com o golpe de Estado de 1964, em 13 de abril do mesmo ano, via Decreto no 53.884, o ISEB foi extinto e foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar as atividades, ditas subversivas, da instituição, e de todos os professores, ex-professores e diversos alunos.

Projeto Nação do Governo João Goulart: geopolítica, economia e questões sociais

M.Sc. Marcos Tavares (DCSA-UESB)

Qual era o contexto geopolítico quando se pensava em implementar o projeto nacional do governo de João Goulart? Um período bastante conturbado da Guerra Fria, de forte tensionamento da América Latina, momento que muda os rumos do desenvolvimento no continente e o regime político. É difícil entender o Brasil nesse período, sem considerar a tensão entre os dois projetos da economia e a dissociabilidade: um, do socialismo real, advindo do bloco soviético e o outro do capitalismo, da economia de mercado, advindo especialmente do imperialismo norte-americano. A posse do Goulart é uma manifestação dessa tensão. Quando Jânio Quadros renuncia, constitucionalmente, quem deveria assumir era João Goulart, mas isso só foi possível depois de um acordo costurado por Tancredo Neves, o que exige desse governo uma postura mediadora desse conflito, demandando capacidade e habilidade para tentar transpor as barreiras para o desenvolvimento e para a construção do projeto de nação ao qual ele se propunha.

A Guerra Fria tem um papel importante, tanto na redução dos poderes quanto na estabilidade durante todo o governo de João Goulart, até o golpe. A conjuntura também permitia algumas janelas que poderiam fazer algumas reformas, mas aí as forças do atraso que operavam internamente dificultaram; um exemplo é a Reforma Agrária que, do ponto de vista de um projeto que vinha do Império, era inclusive possível fazê-la. Mas isso não foi possível, especificamente nesse momento, em função de forças nacionais, porque a Aliança para o Progresso, que era o projeto norte-americano para América Latina, pressupunha também reformas como a Reforma Agrária. Então, não foi necessariamente o poder imperialista que impediu, naquele momento, o avanço de uma reforma agrária no país, mas sim as forças do atraso que operavam internamente. João Goulart tinha consciência, tinha convicção de que era necessária a Reforma Agrária e, por outro lado, assim como Celso Furtado, sabia que existia uma possibilidade, um espaço concreto, do ponto de vista internacional.

O Projeto de Nação de Goulart se apresenta de forma mais concreta a partir de 62, quando é apresentado o Plano Trienal, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado por Celso Furtado, que propunha

como metas o controle da inflação e a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico a curto prazo. A longo prazo, eram as reformas de base, reformas estruturais, para ter um crescimento sustentado. O Plano Trienal, no primeiro ano de execução, enfrentou muita dificuldade: no ambiente internacional, a Guerra Fria; no plano Nacional, muita instabilidade, com um Golpe de Estado que já vinha sendo desenhado. João Goulart vai buscar a conciliação com os setores conservadores nacionais e também com os interesses estrangeiros para fazer a economia brasileira. O seu plano, portanto, continha elementos da ortodoxia econômica. O governo buscava reduzir o déficit público para controlar a estabilidade monetária e dos preços, com impactos recessivos na economia, pois, historicamente, essas políticas ortodoxas fazem muito mal à economia da população. Naquele momento, no entanto, dada a emergência decorrente da elevação da inflação em ritmo acelerado e a queda do crescimento econômico, o governo buscou adotar essas políticas de curto prazo, mas não deram o resultado esperado: a inflação continuou disparando e o crescimento só se retoma em 64, quando, inclusive, o presidente abre mão de boa parte das políticas de conciliação, incluindo ministros mais conciliadores.

As Reformas de Base, começando pela Reforma Agrária, que atendia às demandas dos movimentos dos trabalhadores rurais, da Liga Campesina, continha elementos comuns com a Aliança para o Progresso. Então, havia uma possibilidade concreta de avançar, se as forças internas não tivessem tanta resistência a um Brasil moderno. Também existia a Reforma Urbana: o Brasil estava migrando de uma população rural, da primeira metade do século XX, para uma população urbana. Isso tornava imprescindível um grande debate quanto à construção, de fato, de um projeto de nação. Ou, então, era a barbárie, como infelizmente se tem visto. A Reforma Urbana não caminhou. Havia, ainda, a Reforma Tributária, que também conciliava com a Aliança para o Progresso. Existia a necessidade da progressividade dos tributos, pois, até hoje, no Brasil, a nossa tributação é regressiva: quem tem uma renda menor paga mais impostos. Falava-se, também, da Reforma Educacional, muito reivindicada pelo movimento estudantil da época e uma Reforma Bancária, extremamente necessária. Quanto aos resultados desse Projeto de Nação, os críticos de Goulart afirmam que não tivemos resultados positivos. Então, o Plano Trienal não teve êxito, porque, na verdade, quando ele começa a se aproximar de algumas das suas metas e quando as Reformas de Base começam

a ser alavancadas concretamente, o governo sofre o Golpe. Então, é muito difícil dizer que foi um plano mal formulado e mal gestado. Não diria isso. E não quero dizer que a política de conciliação adotada por ele também foi exitosa. Seria muito duro dizer que foi um insucesso completo.

Projeto Nação do Governo Militar: geopolítica, economia e questões sociais: breves considerações

Em 31 de março de 1964, um golpe militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart. A falta de reação do próprio governo e dos grupos que lhe davam apoio foi notável e imprescindível para que o fato ocorresse exatamente como foi meticulosamente planejado. Além disso, os militares legalistas não conseguiram se articular para conter o processo já iniciado. Ademais, para ratificar a eminência do golpe, foi fracassada uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao governo.

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda. Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura se tornou comum. A junta baixou um “Ato Institucional” – uma invenção do Governo Militar não prevista na Constituição de 1946, nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era justificar os atos de exceção que se seguiram. Como isso, boa parte da classe trabalhadora foi atingida em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados.

Entretanto, o golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo) e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de controlar a crise econômica.

O golpe também foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, satisfeito de ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba, onde a guerrilha, liderada por Fidel Castro, havia conseguido tomar o

poder. Os militares envolvidos no golpe de 1964 justificaram sua ação afirmando que o objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a “ameaça comunista” que, segundo eles, pairava sobre o Brasil.

Com o objetivo de punir os dissidentes, portadores da ideologia comunista e contrários aos interesses do país e da segurança nacional, as Forças Armadas tomaram sobre si o encargo de defesa da nação e dos objetivos nacionais, subvertendo a ordem constitucional e institucionalizando o Regime Militar, em nome da segurança nacional. A repressão foi o instrumento usado para garantir tal ordem. De acordo com Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos (1988, 129-134), o Regime Militar teve como principais características: o prevalecimento dos interesses da burguesia monopolista nacional e estrangeira, em aliança com as antigas oligarquias; a implementação de uma política econômica que passou a ser exercida por uma burocracia e tecnocracia civil e militar, oriunda das classes médias e identificada com os interesses do regime – o desenvolvimento e a segurança nacional.

O governo Vargas pôs em prática a sua concepção de nação como uma corporação de cidadãos, cujos direitos e deveres são definidos em função de sua participação profissional na sociedade, desde o início. Mas o corporativismo substituiu o liberalismo econômico apenas quando se iniciou o Estado Novo. Tais direitos e deveres são definidos pelo Estado, a exemplo da legislação sindical, da Consolidação das Leis do Trabalho, da obrigatoriedade do ensino público, gratuito e laico, o que explica porque a “organização” da sociedade e o nacionalismo caminham juntos: o Estado se organiza e organiza a atividade política em torno da defesa do nacionalismo e este é a arma que permite impor a “ditadura republicana” a todos. Em outras palavras: essa “organização” substituiu a política propriamente dita.

É assim que a Fundação Brasil Central, criada pelo governo federal, começa a implantar uma infraestrutura de transportes no Centro-Oeste do território. Algumas cidades são então fundadas. Em 1942, é inaugurada Goiânia, construída para ser a capital de Goiás, verdadeiro marco da “marcha para o Oeste”.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a consolidação de sua hegemonia mundial, os Estados Unidos privilegiam uma atuação econômica, política e militar na Europa Ocidental, no Sudeste

Asiático, no Oriente Médio e na África. Esse fato provoca profunda frustração entre os dirigentes brasileiros, dentre os quais alguns militares. Obrigados a admitir a superioridade dos Estados Unidos e frustrados por não poderem desfrutar de “relações privilegiadas” com eles (face aos outros estados da América Latina), nem poder contar com seu apoio na cena internacional, alguns dos militares, descontentes, decidem reagir: é assim que se funda a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949.

Dentre as diversas correntes de pensamentos que competiam no interior da instituição, aquela que melhor define os anseios militares e o próprio momento histórico que os acompanhava foi o pensamento geopolítico. Definida por seus ideólogos, no interior da Escola Superior de Guerra, a geopolítica seria “a política aplicada aos espaços geográficos”. Melhor dizendo, se todo o Estado está assentado no meio geográfico que o provém, a geografia influenciaria diretamente na formação interna desse Estado – inclusive de suas instituições e indivíduos – e de seu comportamento no cenário internacional. Segundo a ideia defendida pelos intelectuais militares, países de dimensões continentais e recursos naturais abundantes estariam destinados à grandeza, a serem grandes potências mundiais.

Diante desse quadro, a Ditadura, instaurada em 1964, representou a geopolítica um marco. Era a hora certa, acreditavam os ideólogos, para o país iniciar sua escalada dentro do cenário mundial. Após a consolidação do golpe, em 1º de Abril, os novos artífices prometeram à nação sua realização social plena, a superação do subdesenvolvimento e a diminuição das desigualdades pela integração total do Estado. Isto é, comprometeram-se a construir, com a aceleração possível, um poder nacional que faria do Brasil uma potência ouvida no conserto dos fortes e respeitada pelos fracos.

No início do governo Castelo Branco, foi criado um primeiro Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, com dois objetivos básicos: formular políticas conjunturais de combate à inflação, associadas a reformas estruturais, que permitiram o equacionamento dos problemas inflacionários causados pela política de substituição de importações e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico; o que requeria, agora, que fosse dado um segundo passo no processo: a expansão da então pequena indústria de base (siderurgia, energia, petroquímica) para evitar que o aumento da produção de bens industriais de consumo final, ampliada pela política de substituição de importações, provocasse um aumento

insustentável nas importações brasileiras de insumos básicos, que a indústria nascente consumia de forma crescente.

Após um período de ajuste inicial recessivo, de março de 1964 até o fim de 1967, marcado pela reorganização do sistema financeiro do Brasil, pela recuperação da capacidade fiscal do Estado e maior estabilidade monetária, iniciou-se, em 1968, um período de forte expansão econômica no Brasil. De 1968 a 1973, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média acima de 10% ao ano; a inflação oscilou entre 15% e 20% ao ano e a construção civil cresceu, em média, 15% ao ano. Antônio Delfim Netto é considerado o principal arquiteto e executor das políticas econômicas dessa fase, reconhecido por alguns como “superministro”. Foi o momento de formação de grandes conglomerados no Brasil.

O Estado investiu muito na indústria pesada, siderurgia, petroquímica, construção naval e geração de energia hidrelétrica. O sucesso dessa política econômica, logo, se tornou evidente: o crescimento da produção de bens duráveis de consumo no Brasil daquele período alcançou a taxa média de 23,6% ao ano e o de bens de capital 18,1%. As empresas estatais cresceram e obtiveram lucros imensos.

São identificados pelos ideólogos dois momentos e modelos distintos de um programa de desenvolvimento: um que vigorou de 1945/64 e o outro de 1964/73. De acordo com o discurso, o primeiro orientava-se por uma política “indiscriminada” de substituição de importações, elevado protecionismo e financiamento inflacionário dos investimentos. Essa política, fundamentada nesses mecanismos, permitiria alcançar, em curto prazo, uma elevada taxa de crescimento, gerando, porém, ao longo do processo, distorções e contradições internas ao Estado, que levaram o sistema econômico a uma situação de estagnação e crise.

Apesar do equilíbrio obtido nas contas externas, a dívida nacional cresceu exponencialmente nesse período, o que se tornou possível pelo elevado grau de liquidez internacional que então prevalecia. Os países produtores de petróleo, com a elevação ocorrida em seu preço a partir de 1971 e, sobretudo, após a crise do petróleo em 1974, dispunham de grande liquidez e estavam acumulando bilhões de dólares em seus caixas, que ofereciam, sob forma de empréstimos a juros relativamente baixos, aos países importadores de petróleo (seus clientes). O Brasil se utilizou amplamente desses financiamentos para consolidar seu crescimento e para aumentar suas reservas internacionais.

Como o Brasil necessitava - para crescer - aumentar sua poupança interna, prevaleceu um conceito segundo o qual não se deveria adotar políticas econômicas de distribuição de renda, já que as classes de renda mais elevada poupavam mais que as de baixa renda. Assim, segundo essa lógica, se a renda nacional fosse dirigida aos mais pobres, a poupança interna cairia (baseado no princípio econômico de que a propensão para consumir é maior nas classes de renda mais baixa).

Uma vez no comando do Estado, os militares, coerentes com os propósitos da Doutrina de Segurança Nacional e fiéis aos compromissos assumidos com os grupos vinculados ao capital multinacional-associado, colocaram em prática uma política de desenvolvimento a despeito do bem-estar social. Sob a promessa de ser necessário “fazer o bolo crescer para então reparti-lo”, como argumentava o então Ministro do Planejamento Delfim Netto, as parcelas mais humildes da população arcaram com o ônus de um processo de pauperização que ainda apresenta suas graves implicações sociais. É certo que o governo militar tem seus méritos em relação à classe média, priorizada como segmento indispensável às políticas econômicas destinadas ao mercado interno. Entretanto, como definiu Furtado, a desordem que se implantou na economia brasileira a partir de 1964 superou as previsões pessimistas dos críticos mais acerbos da política econômico-financeira’. Para ele, ironicamente, talvez esse tenha sido o ‘verdadeiro milagre’: os militares, ‘dispondo de poderes quase sem limites’, ao assumirem a responsabilidade ‘por essa política’ econômica, “conduziram o país à presente situação de insegurança e desamparo. Assim, a despeito dos possíveis equívocos econômicos que cometeram, o fato é que os governos militares, instaurados no Brasil a partir de 1964, ampliaram as disparidades sociais no país. Ao implementarem um modelo de desenvolvimento vinculado à Doutrina de Segurança Nacional, beneficiaram os grupos vinculados aos interesses do capital associado-dependente, em detrimento dos anseios sociais de grande parte da população.

Desestruturação do Projeto de Nação Brasileiro entre os anos 80 a 1992/94: geopolítica, economia e questões sociais.

Dra. Elisabeth Matos (EA-UFBA)

Entre os anos de 1930 e 1970, assiste-se à concepção e implementação das bases do capitalismo industrial brasileiro sob a liderança central

do Estado, que reflete um momento singular do Projeto de Nação que Santos e Ribeiro (1993) denominam de Administração Política Brasileira. Diversos estudos reconhecem que esse foi um momento prodigioso da concepção e implantação das bases do mais consistente Projeto Nacional de Desenvolvimento Nacional. Esse longo e exitoso plano foi liderado por três governos distintos e complementares: Getúlio Vargas (entre 1930 a 1945 e 1951 a 1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Ernesto Geisel (1974 a 1979). Esse alongado processo de desenvolvimento socioeconômico tem sido caracterizado como um plano bem-sucedido, ainda que de perfil conservador, pela convergência de interesses políticos antagônicos, em prol da concepção e implementação de um projeto nacional escorado na política de substituições de importações, visando fortalecer as bases de uma economia nacional.

Segundo Santos e Ribeiro, essa conversão ideológica e teórico-prática possibilitou a continuidade de um padrão de Administração Política que permeou distintos governos e sobreviveu a mudanças bruscas de regimes políticos de vieses distintos, porém complementários – inaugurado no Estado Novo liderado por Vargas (de 1937 a 1945), continuado pelo Regime Democrático que perpassou os governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (entre 1946 a 1964) e concluído no regime militar (entre 1964 e 1979). A articulação entre os interesses conservadores da sociedade brasileira e o Estado insurgem as bases que deram sustentação à emergência do Mercado Nacional (burguesia nacional) e forjaram o padrão conservador de gestão do capitalismo nacional. Dependente do capital e subordinado aos interesses internacionais, o projeto desenvolvimentista brasileiro, assim como ocorreu com as demais nações latino-americanas, financiou o padrão de modernização a custas dos interesses da sociedade civil (que, naquele contexto, encontrava-se desorganizada e desprotegida).

Com base nessa breve contextualização, reconhecer o êxito econômico do Projeto de Nação Brasileiro, inaugurado entre os anos de 1930 e 1979, não implica em deixar de considerar as graves sequelas que esse processo legou para a sociedade e cidadãos. Assim, por traz do êxito material alcançado por esse plano nacional, é fundamental reconhecer o custo social que esse esforço exigiu de diversas gerações de brasileiros que tiveram seus direitos usurpados em prol da garantia dos interesses socioeconômicos de poucos. Nesse sentido, recuperar a memória sócio-histórica desse

processo, a partir do movimento de “desestruturação do Projeto de Nação Brasileiro, inaugurado entre os anos de 1980 e 1994”, ganha relevância pelo necessário esforço acadêmico e social de reconhecer os impactos que essa ruptura tem trazido para a continuidade do desenvolvimento nacional, como por possibilitar observar as implicações que essa descontinuidade tem acarretado para a sociedade. Assim, abordar as perspectivas da “Geopolítica, da Economia e das Questões Sociais” desse contexto para discutir a Administração do Desenvolvimento Nacional implica em analisar, de forma crítica e atualizada, as consequências que o abandono do Projeto de Nação Brasileiro, inaugurado em 1930 e concluído em 1979, representa para os anseios do povo brasileiro.

Dentre as principais mudanças observadas a partir de 1980, que implicaram no progressivo e dramático processo de desestruturação do Projeto de Nação Brasileiro, observa-se a redução da capacidade do Estado de continuar a liderar o papel de locomotiva na promoção do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, Santos e Ribeiro (1993), Santos *et al.* (2004), entre outros estudos, constatam a emergência de um processo inverso ao observado nas quatro décadas anteriores, marcado pela destruição das bases que sustentaram o Projeto Nacional de Desenvolvimento. O colapso do padrão de Administração do Desenvolvimento, engendrado no período pós-1930 e pós- Segunda Guerra Mundial foi resultado das crises interna e externa do padrão de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição do capitalismo global e nacional.

O processo de desestruturação do Projeto de Nação Brasileiro se caracterizou, conforme destacado por Santos e Ribeiro (1993), pela perda da visão de longo prazo e pelo acelerado processo de despatrimonialização, elementos centrais que passaram a (re)definir a direção do novo padrão de Administração Política brasileiro. Nesse contexto, o Estado passa a ser culpabilizado por todos os males que acometiam a dinâmica e desempenho do sistema capitalista nacional, em conformidade com a nova ideologia imposta pelos países desenvolvidos. Nesse novo cenário de reestruturação produtiva global, observa-se uma transformação perversa nos padrões de administração política dos países latino-americanos. Esses países e o Brasil, em particular, entram em um ciclo descendente de desenvolvimento, caracterizados por uma taxa de crescimento baixa ou negativa, consagrando o início do que a literatura passou a denominar de década

perdida (SANTOS e RIBEIRO, 1993; SANTOS *et al.* 2004, BEHRING, 2003, entre outros)

A expressão ‘reestruturação produtiva do estado capitalista’, utilizada como referência teórico-prática por Santos *et al.* (2004), consegue interpretar melhor esse processo de transformação, em substituição ao conceito de Reforma do Estado, por possibilitar retratar não apenas as transformações ocorridas no âmbito do poder público, mas por incorporar as próprias mudanças realizadas no âmbito da gestão do capitalismo global e nacional. Isso implica considerar que as alterações da geopolítica internacional impõem rebatimentos dramáticos no âmbito nacional, demonstrando o domínio do embate ideológico entre ‘intervencionismo’ e ‘neoliberalismo’ que perdura até a atualidade.

As transformações radicais das inter-relações históricas estabelecidas entre a sociedade-Estado-mercado, base fundamental para a recuperação e expansão das economias capitalistas, entre os anos de 1930 e 1970, tem, na redução do Estado, o principal vetor dessas mudanças. É importante considerar que o fato de o poder público ter liderado o processo de desenvolvimento capitalista naquele período não implica que seu papel, em economias liberais, refletisse a priorização dos interesses coletivos e redução dos interesses privados. Ao contrário desse ideário, observa-se que a função central do Estado, naquele contexto, esteve direta justamente para garantir a recuperação da dinâmica socioeconômica liderada pelo mercado. Sobre esse aspecto, merece destacar, conforme apontado por Santos e Ribeiro (1993), que a função central assumida pelo Estado, entre 1930 e 1970, foi justamente preservar os interesses econômicos, o que implica reconhecer o Estado como ente interno ao sistema socioeconômico capitalista, responsável, portanto, por criar e inovar os mecanismos de preservação política e técnica dos interesses gerais da dinâmica socioeconômica nacional.

Nesse sentido, é central considerar que toda a política de reestruturação produtiva sempre esteve, desde 1930, sob o comando do Estado, o que exige admitir que o processo de desestruturação do Projeto de Nação Brasileiro, inaugurado entre os anos de 1980 e 1994, assim como o movimento de reestruturação do capitalismo e do Estado em âmbito global, atendeu, prioritariamente, aos interesses do capital privado. Considerando os objetivos dessa formação do GPAP, cabe refletir sobre as seguintes provocações: quais as consequências desse processo para a retomada do

desenvolvimento nacional? Quais as possibilidades futuras para o Brasil considerando que o atual processo de reestruturação produtiva que envolve a geopolítica e tem levado o país a um processo de ‘despatrimonialização social’ sem precedentes? Quem assumirá a responsabilidade de atender à finalidade do bem-estar da sociedade com a incapacidade do estado brasileiro, especialmente considerando que o Projeto Nacional Desenvolvimentista (de 1930 a 1979) não completou seu ciclo referente à inclusão dos cidadãos no processo de produção da riqueza e renda nacionais?

Responder a essas questões exige, segundo Santos *et al.* (2004), levar em conta os seguintes pressupostos:

- i. O conteúdo das transformações ocorridas no capitalismo, principalmente as marcadas pela reestruturação industrial liderada pela Europa e do Japão, nos anos de 1970, e na América do Norte, entre os anos de 1980 e toda a década de 1990, permite sustentar que estava em curso um processo radical de reestruturação produtiva do capitalismo, liderado pelo Estado. **Logo, o Estado não é agente externo, ele lidera esse movimento** [grifos nossos];
- ii. Esse processo de reestruturação produtiva vai alterar a divisão do trabalho, internacional e nacional afetando a geopolítica e as bases do Projeto Nacional de Desenvolvimento, colocando os interesses sociais a reboque dos interesses privados (mercado), ampliando as desigualdades sociais históricas.
- iii. O processo de reestruturação produtiva somada à agenda de reformas do Estado, liderada, tanto por governos conservadores como por progressistas, tem como consequência a aceitação de procedimentos de um movimento dirigido para garantir condições mais favoráveis de concorrência no contexto das relações intercapitalistas.

Em síntese, o processo de ‘desestruturação do Projeto de Nação Brasileiro’, inaugurado em 1980, implica o esgotamento do padrão de financiamento do desenvolvimento evidenciado no desequilíbrio do balanço de pagamentos. Essa crise econômica aprofunda as tensões sociais e políticas dos governos militares, produzindo a perda de legitimidade, abrindo espaços para o processo de redemocratização. Entretanto, apesar dos avanços democráticos conquistados com a promulgação da Constituição de 1988,

observam-se os avanços do processo de desestruturação produtiva do Estado brasileiro, que produzem a consequente despatrimonialização social.

Pode-se inferir, portanto, que o movimento de abertura política não foi capaz de reduzir o ímpeto da preservação dos interesses privados no Brasil. Desde os anos de 1980, o Estado tem sido subjugado aos esforços liderados pelo mercado (em âmbito internacional e nacional) e passou a adotar como principal estratégia ajustar-se à longa recessão do capitalismo global, aceitando, de forma acrítica, o diagnóstico conservador que tem culpabilizado o Estado pela crise de gestão do capitalismo.

Ao adotar essa diretriz liberal, o Brasil perde, progressivamente, a capacidade de pensar o futuro e passa a privilegiar a perspectiva do curto e curtíssimo prazo. Essa escolha é evidenciada pela priorização do controle do fluxo de caixa (instrumento próprio da gestão do capitalismo corporativo) para orientar a gestão governamental, o que resultou no controle do orçamento público, em detrimento do uso do instrumento de planejamento governamental para prospectar e orientar o futuro da nação. O domínio pelo capital privado do orçamento revela, assim, a ocupação do Estado como espaço privilegiado das disputas intra/intercapitalistas lideradas pelo capitalismo financeiro, evidenciando que o papel do poder público continua central para o processo de reestruturação da economia global e nacional.

Segundo destacado por Santos *et al.* (2004), essas mudanças têm sido orientadas por duas estratégias principais:

- i. A estabilização *stricto sensu* da economia nacional - que tem sido sustentada por um tripé frágil e inconsequente fundado na desvalorização cambial, na redução da demanda agregada e elevação de taxas de juros e na forte elevação nos índices de arrecadação de impostos;
- ii. A estruturação *lato sensu* da economia nacional – que evidencia a preparação, desde os anos de 1980, para um processo de integração subordinada da economia brasileira à nova lógica de acumulação da economia internacional, na perspectiva de uma geopolítica sustentada no movimento de reestruturação do Estado, cujo objetivo é ampliar os espaços de realização sobre o domínio dos capitais líderes e rivais.

Em síntese, cabe destacar que, em substituição ao movimento dirigido para a concepção e implementação de um novo Projeto de Nação (comprometido em dar continuidade ao padrão de desenvolvimento implantado entre os anos de 1930 e 1979), assiste-se, a partir dos anos de 1980, à priorização da reestruturação produtiva do Estado Brasileiro. Conforme destacado por Santos *et al.* (2004), esse processo vai dar lugar a dois movimentos perversos que ainda estão em curso e que precisam ser superados para que o Brasil possa repensar um novo projeto de desenvolvimento: (i) O projeto de desestruturação do Estado; e (ii) O projeto de despatrimonialização social. Esses dois movimentos perversos são evidenciados na interpretação dos citados autores nas seguintes etapas:

- Etapa 1: movimento de ‘conservadorismo tático’ dos anos 1980’ - liderado pelos governos de João Baptista Figueiredo e José Sarney que contribuem com esse processo de transformação mediante a introdução das bases ideológicas da reforma liberal do Estado, central para reduzir as resistências sociais frente ao que seriam postos em prática, a partir dos anos de 1990;
- Etapa 2: movimento de aprofundamento da política de desestruturação produtiva do Estado inaugurado nos anos 1990 até 2002, caracterizado pelo aprofundamento do processo de despatrimonialização social do Brasil;
- Etapa 3: aprofundamento das reformas do Estado pelos governos progressistas de Lula e Dilma (2002 a 2016). Ainda que se reconheçam avanços importantes nas políticas sociais lideradas pelos governos do PT, nada foi feito estruturalmente para reverter o processo de desestruturação produtiva e de despatrimonialização social brasileiro, agravado a partir dos anos de 1980, e que se encontra em curso até os dias atuais.

Em concordância com essa análise crítica, acrescentamos que, no atual contexto das crises sanitária social e econômica provocadas pela Pandemia da Covid-19, esse movimento reformista ganha ‘ares de tragédia nacional’, evidenciado pelo agravamento das desigualdades sociais históricas que têm marcado o processo de desenvolvimento brasileiro.

Como síntese interpretativa do movimento de desestruturação do projeto de desenvolvimento nacional, que tem início nos anos de 1980, pode-se destacar que o Estado continua como ente central para garantir

os padrões de Administração Política do Capitalismo. No caso brasileiro, esse papel assume maior relevo pelas razões históricas que esse ente assumiu na conformação do próprio capitalismo nacional e sustentáculo da burguesia emergente. Ao observar o desmonte do Estado brasileiro, notam-se aspectos mais dramáticos, comparado às economias desenvolvidas, em razão dos impactos que o projeto de desestruturação do Projeto Nacional tem produzido cumulativamente desde os anos de 1980.

Quanto aos aspectos econômicos, observa-se a redução dramática da capacidade do Estado em garantir políticas de investimentos na economia nacional. E, em relação aos aspectos sociais, identifica-se o aprofundamento dos níveis de pobreza, miséria e exclusão social, apesar dos avanços políticos e sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. No âmbito político, constata-se ampliação do conservadorismo expresso no aprofundamento da polarização estabelecida entre os grupos sociais que se sentem ameaçados pelos excluídos. Esse breve resumo tem evidenciado, em âmbito global e nacional, o retorno à barbárie vivida no início do capitalismo inaugurado no século XVII, evidenciando a falácia da promessa da modernidade de que o progresso chegaria para todos.

Essas breves reflexões buscaram trazer contribuições para a análise dos limites, desafios e perspectivas da concepção e implantação de um novo padrão de desenvolvimento socioeconômico inspirado no movimento de redemocratização nacional comprometido com o resgate dos direitos sociais. A partir dos elementos levantados nesse texto, espera-se fornecer elementos teóricos-metodológicos, com base na teoria da Administração Política, para a realização de análises críticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michael Temer e Jair Bolsonaro, sobre a agenda da Administração do Desenvolvimento Nacional.

Projeto Nação do Governo FHC: geopolítica, economia e questões sociais
M. Sc Gustavo Pessoti (Asplan-UESB)

Para abordar o Plano Real, é preciso explicar o contexto interno dos anos 1990, com desajustes da macroeconomia, políticas heterodoxas que não funcionavam, uma inflação inercial atingindo patamares não observados na década de 1980. Estávamos sob o primeiro Governo Civil, democraticamente eleito após o Regime Militar que foi interrompido e havia

a primeira experiência da proposta neoliberal para o Brasil. O contexto externo era de estagflação, crescimento da dívida pública e inconformismo com o tamanho do Estado, além dos desajustes do segundo choque do Petróleo, que implicam na necessidade de um novo modelo de acumulação capitalista. Neste período, a Escola de Chicago se tornou hegemônica no *mainstream* econômico; temos a Globalização, a reestruturação produtiva e a desregulamentação financeira proposta pelo FMI que vai se tornar o grande refinanciador avalista das dívidas soberanas. Os EUA são hegemônicos na geopolítica mundial.

O Plano Real, do governo FHC, é a versão materializada dos objetivos econômicos pretendidos pelo Consenso de Washington e não colocados em prática no Governo Collor. Segundo Filgueiras, “o Plano Real é um subproduto da confluência de três fenômenos: neoliberalismo, globalização produtiva e financeira e acumulação flexível”. Em outubro de 1992, com o *impeachment* de Collor, Itamar Franco assume o governo e encontra um cenário econômico marcado pela ampliação dos gastos públicos, melhoria da política salarial, crescimento da atividade econômica e da produção industrial, desemprego estável e inflação elevada. Em junho de 1993, FHC assume o Ministério da Fazenda e implementa o Plano de Ação Imediata, buscando o aumento da receita tributária e a diminuição dos gastos governamentais. Outros pontos da gestão FHC envolviam a Reforma Administrativa, reestruturação das instituições financeiras federais, rolagem da dívida dos Estados e municípios, aumento da transparência nas contas públicas e adesão do Brasil ao Plano Bradley. Ainda dentro do Plano de Ação Imediata, constavam a ênfase na promoção das privatizações, maior liberdade para o capital estrangeiro e autonomia da política monetária, mais precisamente do Banco Central.

As fases iniciais do Plano Real são marcadas pelo ajuste fiscal prévio, com corte de despesas (PAI), aumento de impostos (IPMF), diminuição de transferências (FSE), indexação completa da economia com a Unidade de Conta com Paridade Fixa com o Dólar (URV), conversão dos preços e rendimentos e adoção do sistema bi-monetário, com a tentativa de simular efeitos de uma hiperinflação em uma moeda, sem prejudicar a outra e alcançar sincronia de preços. O principal objetivo do Plano Real era segurar a inflação, impedir que novos choques se transformassem em processos inflacionados, com a sinalização de preocupação com o controle da Demanda Agregada. Assim, foram criadas as metas (âncoras) monetárias,

mantidos os juros elevados e a entrada de recursos (âncora cambial e abertura comercial).

Os efeitos do Plano Real foram a queda rápida da inflação, com valorização cambial, entrada de recursos externos e abertura comercial. Também se verificou o crescimento da demanda (consumo e investimento), com o aumento do poder aquisitivo, fim do imposto inflacionário, recomposição dos mecanismos de crédito, o que permitiu o aquecimento de uma demanda reprimida. O primeiro governo FHC é marcado pela Crise do México e, em dezembro de 1994, leva à necessidade de aceitar a desvalorização do câmbio (importante para diminuir a pressão sobre o balanço de pagamentos), tendo fim a primeira fase do Plano Real, com facilidades para entrada de capitais estrangeiros, elevação das taxas de juros, desaquecimento da economia, desemprego e recuperação das divisas.

Ainda com a Crise do México, é posta em curso uma política monetária para conter a inflação e evitar déficits comerciais expressivos. Assim, a administração da taxa de juros buscava conter a atividade e promover ingresso de capital. Os efeitos foram a retração da atividade econômica, inadimplência e crise financeira, combatida com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer). Com a Crise Asiática, houve aumento dos juros, recomposição das reservas e não-cumprimento do pacote fiscal. Percebe-se a hegemonia do capital financeiro globalizado, com ataques especulativos, fragilidade do balanço de pagamentos, corrida contra as moedas locais e queda das bolsas, com a difusão da crise para o resto do mundo. Com a Crise Russa, há elevação dos juros e pacote fiscal. As dificuldades para o Brasil são a elevação dos *spreads*, difícil sustentação cambial e desvalorização iminente. O fim da segunda fase do Plano Real acontece no segundo semestre de 1998, com a preparação para a desvalorização e um pacote com o FMI, com o governo assumindo o risco cambial.

A partir desse momento, o Plano Real apresenta uma mudança cambial, com o Brasil adotando o sistema de metas inflacionárias. Assim, a inflação tem pequena elevação no curto prazo, mas não permanente. Há elevação dos Impostos de Importação e recuperação do crescimento reprimido por manutenção de juros elevados. A desvalorização permite a queda da taxa de juros, mas inferior ao imaginado e, assim, os juros são mantidos altos em função das dificuldades externas e inflação. Após 1999, no setor comercial externo, a recuperação é lenta e há maior sensibilidade

no curto prazo ao crescimento econômico. São verificados problemas com termos de troca e dificuldade para recompor mecanismos exportadores, com impacto nas finanças públicas, com os efeitos patrimoniais de desvalorização suportados pelo Governo e ampliação do endividamento público que, para ser evitada, adotaram-se os superávits fiscais primários, para compensar o pagamento de juros. Assim, verificou-se o crescimento do desemprego e a perda de poder aquisitivo dos salários.

A herança do Plano Real foi um tripé de políticas: metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal. Também ocorreram importantes reformas estruturais, como a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, reforma parcial da Previdência Social, ajuste fiscal nos estados, fim dos monopólios estatais no setor de petróleo e das telecomunicações. Assim, se alcançou o controle da inflação e maior previsibilidade, mas os ajustes externos levaram a uma falsa sensação de equilíbrio do BP, com forte incremento de reservas internacionais, via capitais financeiros, de modo que o desemprego e questões sociais não foram atendidos, o que acelerou a mudança na condução do país, graças à recessão econômica, déficit público, em função de juros e câmbio, queda da renda e aumento da inadimplência, inflação, balanço de pagamentos com fragilidade estrutural externa. No campo social, houve um processo violento de transferência de renda, forte precarização da força de trabalho, aumento da informação e do subemprego.

Projeto Nação do Governo do PT: geopolítica, economia e questões sociais
M.Sc. Daniel Corrêa da Silva (Univali)

O Plano Real foi mais do que um plano monetário: ele redefiniu a estrutura de produção de riquezas na economia brasileira. Entre 1985 e 1994, tivemos sete planos econômicos e cinco moedas distintas no Brasil. Então, é preciso entender por que o plano real dá cabo do combate à hiperinflação: a minha hipótese é de que se tratou da forma mais bem acabada de inserir a economia brasileira no novo cenário de divisão internacional do trabalho, e os governos petistas são gestores deste processo, são administradores deste movimento. Os dois primeiros anos do Plano, sobretudo 1994-1996, são de grandes oscilações na economia brasileira e inflação de dois dígitos, inclusive, batendo 10, 12%, e foi se ajustando ao longo do caminho. O Plano Real, que teve o seu início, com Fernando

Henrique Cardoso, não foi o mesmo dos governos petistas. Ele foi sendo, cada vez mais, moldado para atender à classe dominante. Alguns falam em desindustrialização, mas não vou por essa linha: entendo que nós reorganizamos, repactuamos o sentido industrial de organização da economia brasileira. Assim, passa a ter menos participação a chamada indústria de transformação, mas industrializamos outros setores da nossa economia, principalmente de serviços pouco especializados, que assumiram o padrão de acumulação de extração industrial; e também o latifúndio, chamado agronegócio, assumiu elementos de introdução de técnicas e métodos absolutamente industriais na sua produção e reprodução do capital.

O Plano Real ofereceu a uma parcela significativa da classe dominante brasileira, que perdia propriedade do seu capital industrial, uma guarida, e a primeira fração dessa guarida encontra-se na Dívida Pública Federal. O Plano se estrutura na explosão e na multiplicação exponencial da dívida pública brasileira, na emissão de títulos desta dívida, que tiveram alguns elementos para tentar fazer frente a despesas crescentes. Como consequência, a carga tributária saltou de 23% do PIB para aproximadamente 33, 35, 36% durante todos os anos de Fernando Henrique Cardoso, fato que ocorreu nos governos de Lula e Dilma e de Temer e de Bolsonaro. Então, o mecanismo de multiplicação da dívida pública serviu como refúgio aos capitalistas brasileiros que perdiam a competição com capitais industriais de outros países.

O Plano também promoveu um amplo e irrestrito processo de liquidação do patrimônio público nacional, na esteira dos processos de privatizações. Em todos os estados, as privatizações, entre 1997 e 2000, foram acentuadíssimas e, na União, o exemplo mais clamoroso é o da Vale do Rio Doce. Perdemos o monopólio sobre a exploração de petróleo e fatias de capitais importantes, desde a Companhia Siderúrgica Nacional e a Embraer, passando por várias outras joias da Coroa Brasileira. O programa de privatizações permanece ininterrupto, embora com feições menos agressivas do que aquelas que existiam no tempo de Fernando Henrique Cardoso, mas continua aparecendo de forma disfarçada nas concessões de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, na abertura de capital em que a Petrobras lança ações na Bolsa de Valores de Nova York.

O terceiro aspecto é a perda sistemática de direitos da classe trabalhadora, seja no sentido de salários indiretos, como, por exemplo, a perda de direitos previdenciários (foram, pelo menos, cinco reformas da

previdência desde o início do Plano Real), sem contar os processos de terceirizações do serviço público em atividades-meio e atividades-fim, além da retirada de direitos sociais sistemáticos que foram sendo operados durante todo esse período, numa lógica macro, em ataques sucessivos contra a população. Esse processo seguiu vigente até 1999, quando, por força das circunstâncias e dos abalos internacionais, tivemos grandes mudanças na economia brasileira, que se estruturaram a partir da elevação do tripé macroeconômico. Tal tripé deu guarida à estrutura do processo de acumulação de capital que viria posteriormente. Esse processo de acumulação responde por uma lógica que esteve orientada em cima de uma taxa de câmbio flutuante, do estabelecimento de metas de inflação e da execução sistemática do chamado superávit primário (a poupança do governo federal, que economiza nos gastos sociais para fazer um caixa especial e fazer frente às remunerações dos juros da dívida pública federal).

Nos 13 anos de governos petistas, de 2003 a 2016, com o Lula 1, o Lula 2, Dilma 1 e Dilma 1.5, nós temos uma sequência de administração desses pilares citados desde 1994, com o Plano Real. O que acontece nos anos 2000, fato que discutimos largamente nas ciências econômicas e sociais, é uma expansão gigantesca dos preços internacionais dos bens agrícolas e minerais, soja, minério de ferro e petróleo à frente, mas vários outros, como milho, café e trigo, muitos desses assumindo patamares extraordinários na economia mundial. Muito disso se deve à entrada da China na Organização Mundial do Comércio, que fez desse país uma economia que participa dos ciclos de produção e reprodução global do capital. Diante desse quadro, tivemos uma explosão extraordinária da balança comercial brasileira, principalmente em 2002. Com um cenário de câmbio fixo de 1994 e 1999, depois de 99 a 2003, o saldo da balança comercial brasileira era negativo ou andava estagnado, com indicadores muito tímidos. Mas, observando os dados, vemos que, desde cenários que apontavam para 4,5,6 ou 7 bilhões de dólares negativos, no final dos anos 90, vamos revertendo esse ciclo e passando durante as administrações petistas para 12 bilhões de dólares positivos nominalmente, até que se chegasse a 45 bilhões de dólares, em 2006, registrando sucessivos superávits na balança comercial brasileira e gerando movimentos absolutamente inusitados na economia nacional, porque exportar mais do que importar sempre foi a tônica no Brasil, uma vez que somos regidos pelo pensamento mercantilista, que acha que uma nação enriquece quanto mais exporta e menos

importa, como se o país funcionasse tal como um capitalismo comercial de uma loja de departamentos, que vive de exportar mais do que importar.

Os governos petistas se beneficiam de um cenário extraordinário, de alta expressiva nas exportações, que, por um curto período, foram mais do que é suficientes para reverter uma outra pressão que existe no balanço de pagamentos do Brasil. Exportar mais do que importar é a ponta do iceberg. É fundamental acompanhar os estudos sobre o balanço de pagamentos, como um todo, como um raio-x da economia brasileira, e é sobre esse raio-x que eu quero discutir a perspectiva dos governos petistas. Neste cenário de trocas favoráveis, nós fomos mudando o nosso padrão de produção e acumulação de capital, deslocando de um eixo que era industrial e de uma indústria de transformação cada vez mais para compor as nossas importações para um eixo de primária exportação. Especialmente em 2008, o Brasil regrediu na Divisão Internacional do Trabalho para um patamar que gozava em 1947, ou seja, um país que exporta produtos mais agrícolas e minerais do que intermediários e de alta complexidade tecnológica, ou manufatureiro. Então, nós passamos, desde 2008, por esta regressão na Divisão Internacional do Trabalho. Isso é, de certa forma, de conhecimento público, de quem trabalha na academia e estuda os governos petistas.

Agora, destaco aqui, um déficit estrutural na conta de serviços e rendas da economia brasileira, sobretudo durante os governos petistas. Essa lógica de balança de serviços e renda contabiliza não a exportação e importação de bens, mas a importação e exportação de serviços, por exemplo, de propriedade intelectual. São eles que fazem com que o Brasil seja altamente dependente do pagamento de *royalties* e de licenças de propriedade intelectual ao capital estrangeiro. Segundo o Banco Central, o Brasil pagava US\$23 bilhões, em 2003, a título de balança de serviços e passa a ter esse indicador negativo em US\$85 bilhões, em 2011. Só durante o governo petista, esse saldo deficitário se multiplica por quatro. E isso já representa, muitas vezes, mais o extraordinário saldo comercial que era de US\$ 47 bilhões. Só em termos de remessas de lucros de dividendos para as multinacionais, que têm as sedes fora do Brasil, o período petista reservou uma remessa que girava em torno de US\$5 bilhões, em 2003, para mais de US\$38 bilhões, em 2011. Estou usando 2011 mais como referência, pois é neste ano em que esses dados chegaram ao pico, porque, depois de 2012, por efeito da própria redução da atividade econômica chinesa - e,

por consequência, do Brasil - esses indicadores recuaram, mas permanecem em patamares muito altos. Os principais responsáveis por esse déficit são os serviços de transporte internacional, o pagamento de fretes e de movimentação de cargas internacionais, aluguel de equipamentos (porque a Petrobrás não é proprietária dos equipamentos, das sondas que fazem extração de óleo).

A segunda matriz de regressão econômica do Brasil durante esse período é a renda da terra associada à extração e exploração de bens agrícolas e minerais. O Brasil se estrutura a partir na lógica do rentismo. O país tinha, em 1995, uma área de 37 milhões de hectares destinados à produção de grãos e, em 2010, essa área passa a ser de 49 milhões de hectares. Entre 2011 e 2016, nos cinco anos do governo Dilma, passa de 47 para 60 milhões de hectares. Os governos petistas se regeram pela estruturação e a administração da economia política burguesa, assentada nos parâmetros do Plano Real. Do ponto de vista social e geopolítico, houve, na primeira década dos anos 2000, alguma margem de manobra para que os governos com maior sensibilidade social pudessem executar algumas políticas sociais, que vão desde o Fome Zero ao Bolsa Família, passando pelo Minha Casa Minha Vida ou pelo Prouni. São políticas de inclusão social, mas, nos marcos do capitalismo dependente e estruturalmente sem potencial de confrontar os ciclos de acumulação de capital. Enquanto o Bolsa-Família respondia por um orçamento de aproximadamente R\$40, R\$45 bilhões para atender cerca de 11 a 14 milhões de famílias, o orçamento destinado à Dívida Pública Federal e à remuneração dos títulos da dessa dívida, ininterruptamente, superava R\$1 trilhão, para pagamento de juros, amortizações e também rolagem da dívida e o refinanciamento da desta.

Então, o desequilíbrio, do ponto de vista crítico da economia política nesse cenário, é estrondoso. Na mesma forma em que eram feitas políticas públicas para acomodação do MST ao ciclo capitalista de acumulação, sem disputar, agora, o tema da propriedade e do latifúndio, mas discutindo formas mais romantizadas de produção capitalista no campo, como, por exemplo, as cooperativas ou o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar ou, ainda, a agroecologia, são todas dimensões ultralimitadas e efêmeras do embate contra o ciclo de acumulação do capital no campo. O que isso revela? O limite dessas pautas aparentemente progressistas. Toda essa lógica mostrou a sua realidade nua e crua na segunda década dos anos 2000: aquela esperança de um governo

republicano-democrático no Brasil, da sobriedade das instituições, da nossa força política pós-ditadura foi jogada absolutamente no lixo, porque, do ponto de vista estrutural, se mantinham as relações de classe que mantêm o Brasil numa condição estrutural de pertencimento ao capitalismo dependente.

Projeto Nação Pós-PT: geopolítica, economia e questões sociais.

Dr. Elias Sampaio (Ministério da Economia e NPGA-EA-UFBA)

Após a experiência dos governos petistas de Lula e Dilma, adentramos no Brasil para uma experiência de não-governo. A ideia de um Projeto de Nação não consegue ser percebida com o Governo Bolsonaro e, por questões básicas, a principal delas é que eu não encaro nenhum governo que não tenha perspectiva da promoção da igualdade racial como elemento estratégico de suas proposições de política pública. Se analisarmos atentamente, pelo menos os governos da Nova República, particularmente Sarney, que criou a fundação Palmares, o de Fernando Henrique, que criou o GTI, o Grupo de Trabalho Interministerial, para a promoção da igualdade racial, e o Governo Lula, que criou o primeiro ministério para a promoção da igualdade racial, que criou o Estatuto da Igualdade Racial, não podemos considerar tais governos como tendo um projeto de nação. Eu diria têm, no máximo, um projeto de poder nacionalmente territorializado. O que é que isso significa? Que a experiência que estamos tendo nos últimos três anos com o Bolsonaro é o que mais se distancia de qualquer ideia de projeto de nação. É um governo que não tenta nem ter um projeto de poder nacionalmente territorializado, como os demais governos tiveram, inclusive o militar. É um governo que se relaciona fundamentalmente com um grupo muito restrito nas suas redes de relacionamento físicas e reais e das suas redes sociais. O grupo que hoje está no governo nada mais quer do que criar uma dinastia familiar, para fazer com que esta dinastia tenha um controle dos recursos públicos, das políticas públicas e que ela opere única e exclusivamente sob o interesse dessa dinastia formada pelos seus filhos, parentes e amigos.

Do ponto de vista geopolítico, a situação do Brasil foi redefinida pela pandemia, principal razão para que o atual governo perdesse seu principal aliado da extrema direita, Donald Trump, derrotado nas urnas. O Brasil se transformou num pária internacional, ficando fora de qualquer rede de

discussão geopolítica séria com os aliados que sempre fizeram parte das alianças políticas internacionais. Hoje, o Governo Federal não tem interlocução com os EUA e com os principais países da Europa, nem mesmo com o Brics, com o governo criticando o principal país, que é a China. Do ponto de vista interno, o governo não apresenta nada que possa sugerir qualquer tipo de política mais ampla e voltada para os interesses nacionais. Continua com o mesmo viés de ser um governo que busca criar uma dinastia familiar e, inclusive, nas duas relações internacionais. Do ponto de vista da economia, das relações internacionais, tem os piores indicadores e a perspectiva é que tenhamos uma crise sem precedentes no início do ano que vem, com alta inflação, alto desemprego, alta taxa de juros, baixo investimento, baixo crescimento da nossa economia.

Se há algo para identificar de positivo no atual governo, após o governo do PT, eu diria que seria que o Brasil, enfim, está se confrontando com uma estrutura de poder de extrema direita e de conservadorismo exacerbado. E por que isso é positivo? Porque releva para a sociedade brasileira o risco de ter escolhido ou escolhido pessoas e grupos políticos e representantes políticos que não têm compromisso sequer com a verdade. Democraticamente, todas as sociedades têm direito de escolher qualquer tipo de liderança, mas, aqui no Brasil, ficou muito claro que não se pode escolher pessoas sem preparo intelectual, moral, sem princípios da moralidade pública e sem os compromissos com a coletividade. De negativo: o governo não tem boa gestão da economia, social, das políticas públicas e, o pior, é um governo caracterizado pelo pior tipo de corrupção e por um total desprezo à vida humana, tendo como exemplo as atitudes do governo em relação à pandemia, sobre as quais muitas das mais de 600 mil vidas que foram perdidas teriam sido poupadas se esse governo fosse competente ou quisesse lutar contra a pandemia.

Considerações Finais

Como foi possível perceber, a AD, na condição de campo disciplinar, se constituiu quando os EUA se afirmam como o “centro” da História Mundial, exercendo, com isso, a função de porta-voz da Europa, gestor do sistema-mundo e perito do desenvolvimento, ao determinar quais países deveriam ser classificados como desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A divisão de Velho e Novo Mundo, Norte-Sul, Centro-Periferia

ou Desenvolvido-Subdesenvolvido não é simplesmente uma organização didática de pensar o mundo, mas um projeto de poder que tenta definir quem administra e quem é administrado.

Nesse projeto de poder, a América Latina e África foram eliminadas; a Ásia foi colocada num estágio de imaturidade do pensamento social e o território euro-americano como o centro do mundo. Ao Brasil, foi dada a função de fornecedor de matéria-prima do Velho Mundo. Isto explica o fato da nossa organização social ter sido estruturada no latifúndio e no sistema escravocrata e que, lamentavelmente, ainda hoje, persistem existir como tal. Nem mesmo a proclamação da República (1889) e/ou a promulgação da Constituição Cidadã (1988) foram capazes de superar as raízes do atraso.

Nossa história é repleta de fatos que ajudam ilustrar a luta contra as raízes do atraso e da desigualdade brasileira. Todas as vezes que se buscou romper com esse projeto de poder, houve resistência das elites (externas e internas), quer seja no âmbito das ideias, a exemplo das contribuições teóricas da CEPAL (teoria da dependência) e do ISEB (redução sociológica), quer seja no âmbito da administração política, a exemplo da atuação dos governos Vargas, João Goulart, Lula-Dilma.

Todos os governos que ousaram a pensar em uma gestão do desenvolvimento foram da órbita euro-americana, foram, de alguma forma, eliminados do jogo político. Getúlio Vargas lutou contra o predomínio das oligarquias, suas práticas gerencias (patrimonialismo, coronelismo, clientelismo, patronagem), bem como a sua base econômica agroexportadora, e o resultado foi o seu suicídio e uma instabilidade política, que só reestabeleceu no governo JK. João Goulart buscou, através do Plano Trienal, realizar as reformas de base no campo econômico, político e social, com ênfase na Reforma Agrária, visando à democratização da terra, o estatuto do trabalhador rural, desapropriação de propriedades rurais, com indenização através de títulos da dívida pública; o resultado foi um golpe de Estado, com apoio do governo estadunidense e um regime político ditatorial de vinte anos. O governo petista, apesar de dar continuidade a lógica da administração política neoliberal, priorizando o rentismo e o agronegócio, através do aumento de área agricultável (60 milhões de hectares), também foi eliminado do jogo político, através de um golpe de Estado, configurado em *impeachment*, por buscar promover uma modelo de gestão do desenvolvimento alternativo ao eixo euro-americano, materializado no

agrupamento de países de mercados emergentes denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Pensar numa AD (para e a partir do) Brasil é reconhecer que precisamos superar as raízes do atraso que insiste em reproduzir o *ethos* do racismo, do escravismo e das desigualdades raciais e econômicas. Qualquer que seja o projeto de nação a ser apresentado à sociedade brasileira, deverá ser pensado a partir dessas superações, caso contrário estaremos, mais uma vez, o contribuindo para perpetuação da lógica dominante daquilo que aprendemos chamar de AD.

Referências

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em Defesa da Opção Decolonial em Administração/Gestão. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: reestruturação do estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CADERNOS DO NOSSO TEMPO. Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP, n. 1, outubro-dezembro, 1953.
- CARDOSO JR, José Celso (Org.) *Planejamento Brasil Século XXI: inovação institucional e refundação administrativa: elementos para o pensar e o agir*. Brasília: IPEA, 2015.
- COOKE, B.O gerenciamento do (terceiro) mundo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 3, p. 62-75, 2004.
- JAGUARIBE, H.. ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, n. 14, p. 94-110, 1979.
- MISOCZKY, M. C. A.; CAMARA, G. D. Pensar desde a América Latina em Diálogo com a Organização das Lutas Sociais Descoloniais: Explorando Possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 60, n. 2, p. 93-103, 2020.
- MOTTA, P. R. Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância. *Revista de Administração Pública*, v. 7, n. 3, p. 39-54, 1973.
- MOTTA, P. R.; SCHMITT, V. G. H. Administração para o desenvolvimento: a ideia e a renovação. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 2, p. 107-206, 2013.

- PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- DOBWOR, L. **A Era do Capital Improdutivo: a Nova Arquitetura do Poder, sob Dominação Financeira, Sequestro da Democracia e Destruição do Planeta**. São Paulo, Editora Autonomia Literária e Outras Palavras, 2017.
- RIGGS, F. **Administração nos Países em Desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1968.
- RAMOS, G. **A redução sociológica (introdução ao estudo da razão sociológica)**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. **Administração do Desenvolvimento: Percepções e Perspectivas da Comunidade Científica da Anpad. Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 263-284, 2016.
- SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. **Administração do Desenvolvimento: histórias, teorias e perspectivas**. Curitiba-PR, Apppris Editora, 2018.
- SANTOS, Reginaldo S. (coord.). **Esgotamento do padrão de financiamento e crise fiscal do Estado Brasileiro**. Salvador: Núcleo de Instituições e Políticas Públicas da Escola de Administração da UFBA, 2001 (**Relatório de pesquisa**).
- SANTOS, Reginaldo Souza e RIBEIRO, Elizabeth Matos. **A Administração Política Brasileira. RAP**, Rio de Janeiro, 27 (4): 102-35, out/dez. 1993.
- SANTOS, Reginaldo Souza et. al. **Reestruturação Produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. RAP** Rio de Janeiro 38(1):7-32, Jan./Fev. 2004.
- SODRÉ, N. W. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.